

Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte DOU 51 (136)
Data 17/07/2003 Pg 33-4
Class. COD 0 0 0 7

Em 9 de junho de 2003

Nº 52 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/3026/02, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria da antropóloga LUCIANA MARIA MOURA RAMOS que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena SÃO DOMINGOS DO JACAPARI E ESTAÇÃO de ocupação do grupo tribal Kokama, localizada nos municípios de Jutai e Tonantins, Estado do Amazonas.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede das Prefeituras Municipais da situação do imóvel.

EDUARDO AGUIAR DE ALMEIDA

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA SÃO DOMINGOS DO JACAPARI E ESTAÇÃO.

Referência: Processo FUNAI/BSB/3026/02. Denominação: Terra Indígena São Domingos do Jacapari e Estação. Localização: Municípios de Jutai e Tonantins, Estado do Amazonas. Superfície: 133.630 ha. Perímetro 166 Km. Sociedade Indígena: Kokama. Família lingüística: Tupi-Guarani. Língua: Kokama. População: 428 pessoas (2001). Situação fundiária: Identificada e delimitada pelos GTs Portarias nº 701/01 e 922/02, coordenado pela antropóloga Luciana Maria Moura Ramos.

O relatório a que se refere o presente resumo segue a determinação do artigo 231 da Constituição Federal, do Decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996 e o disposto na Portaria nº 14/MJ, de 09 de janeiro de 1996. A terra identificada localiza-se no estado do Amazonas, entre os marcos territoriais dos municípios de Tonantins e Jutai. Os trabalhos foram determinados pelas Portarias nº 701, de 28.08.01, e nº 922, de 17.09.02, e teve como períodos de campo os dias entre 10 de setembro a 25 de outubro, de 2001, e 19 de setembro a 15 de outubro, de 2002. O custo da presente identificação foi financiado em parte pelo Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL e, em parte pela FUNAI. O grupo técnico foi composto por Gislane Disconzi, bióloga, Zenildo de Souza Castro e Jairo Barroso Vertelo, engenheiros agrimensores, Jânio Queiroz de Oliveira, João Carlos Barbosa, Almir Cardoso de Oliveira e Ernando dos Santos Dias, técnicos fundiários, pertencendo os três primeiros ao quadro funcional da FUNAI e o último ao da SUHAB e, Luciana Maria de Moura Ramos, antropóloga e coordenadora dos trabalhos, consultora contratada pela FUNAI, através do Convênio FUNAI/UNESCO.

I. DADOS GERAIS: Originalmente a língua Kokama foi classificada no tronco Tupi, na família Tupi-guarani. Contudo, estudos posteriores indicaram que a sua origem estaria ligada às várias migrações de grupos Tupi do Brasil para regiões peruanas em tempos pré-contato; supõe-se que seja uma língua produto da interação de alguns grupos indígenas na região do alto Marañón, nas proximidades dos rios Huallaga, Napo e Ucayali, sendo que a língua Tupinambá teria sido a principal fonte lingüística do idioma Kokama, com aproximadamente 60% do vocabulário. Esta origem permite pensar o Kokama como uma língua crioula, ou seja, sem filiação a um tronco ou família específica.

No Peru, cerca de 2,5% de uma população de 19.000 Kokama se expressam na língua nativa. No Brasil, são poucos os que possuem fluência e não há casos narrados de comunidades que usem o Kokama, ainda que como segunda língua. Na T.I. São Domingos do Jacapari e Estação as pessoas memoram que a perda da língua se processou em decorrência do preconceito sofrido por eles ao se expressarem no seu idioma.

Em território brasileiro a população Kokama está distribuída principalmente pelos municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant, Amaturá, Santo Antônio do Itá, Tonantins, Fonte Boa, Tefé e Jutai. Dados coletados durante um levantamento preliminar junto às comunidades Kokama no alto e médio Solimões em 1997 apontam para uma população aproximada de 1.395 indivíduos Kokama.

Os Tupi são tidos na literatura como um povo que, antes mesmo do século XVI, momento em que mantém os primeiros contatos com os europeus, foram migrantes incansáveis, perambulando de norte a sul do Brasil e mesmo ultrapassando as suas fronteiras. Em direção a regiões peruanas, por exemplo, é documentada - por volta de 1538 - uma grande migração Tupinambá que, partindo de Pernambuco e subindo o rio Amazonas, atingem o Marañón dez anos depois. Os movimentos migratórios de grupos Tupi foram interpretados como deslocamentos em busca do paraíso terrenal. No entanto, se por um lado os fatores culturais intrínsecos aos Tupis moviam-nos no espaço, por outro, a realidade dessas migrações, documentadas principalmente pelos cronistas do século XVI e XVII, indicam que as pressões externas influíram de modo decisivo na reorganização dos povoadamentos.

Fatores externos como a inserção - muitas vezes forçada - nas missões, em um primeiro momento da história do contato, aliado aos processos extrativistas que se instalaram na região do alto Amazonas, alguns séculos depois, desencadearam o deslocamento de muitos grupos indígenas de suas áreas tradicionais. É também em de-

corrência das realidades sociais impostas que, em fins do XIX, parte dos Kokama desloca-se do Peru e Colômbia ao Brasil, inserindo-se no esquema de exploração da seringa.

Ao que se sabe, o povoamento indígena às margens do Amazonas ao tempo dos primeiros contatos (séc. XVI) era constituído predominantemente por povos indígenas pertencentes aos troncos lingüísticos Aruak, Tupi e Karib. No início do século XVI os índios Kokama que viviam entre o Médio e o Baixo Ucayali mantêm contatos com Juan de Salinas que foi o primeiro europeu a alcançá-los. A expedição de Ursua e Aguirre ao Amazonas no período de 1560/1561, narrada pelo Capitão Altamirano, informa o encontro com estes índios na foz do Ucayali. Na região próxima ao alto rio Amazonas, incluindo o Marañón, baixos Huallaga e Ucayali e o rio Napo, a conquista missionária já havia atingido os Omágua e Kokama desde 1547. A frente missionária jesuítica estabeleceu-se na Amazônia de forma mais contundente, através da atuação dos padres Samuel Fritz e Richler, que deram início aos trabalhos de catequese junto aos Omágua, Assuare, Ibanoma, Taumã, Xebeco e Kokama. Em território brasileiro a missão de San Joaquín de Omágua, coordenada por Fritz, estabeleceu-se no Putamayo (Içá) e vinte e sete outras foram fundadas durante as décadas seguintes. Por largo espaço de tempo os jesuítas detiveram uma posição privilegiada na formulação e execução da política indígena nos territórios da América, assim como foram os principais responsáveis, nesse momento, pela destribalização e homogeneização deculturativa dos grupos concentrados nos aldeamentos missionários. Em fins do século XVII e início do XVIII, os portugueses avançam rumo ao rio Amazonas e com a transmissão de poder das missões jesuítas espanholas para os carmelitas portugueses em 1710, inicia-se o período das chamadas "Tropas de Resgate", portuguesas que, por meio de incursões devastadoras, penetram na zona das missões provocando o seu abandono e a retirada dos sobreviventes.

A legislação imperial - até a independência do Brasil no final do século XIX - permanece anti-indígena, estabelecendo proibições formais, incentivos oficiais para a escravização dos índios e a organização de ações armadas destinadas ao alargamento da colonização nas áreas por eles ocupadas. No período de 1750-1850, todas as informações disponíveis sobre a situação das povoações do alto Amazonas são concordantes em relatarem a instabilidade dos núcleos indígenas, que sofreriam bruscas variações populacionais.

O processo de extração da borracha introduziu na região novos interesses, técnicas e modos de ser. A situação posterior a 1870 implica novas formas de pressão sobre os grupos indígenas do alto Amazonas. Seringueiros e castanheiros, neste momento, ocupavam áreas cada vez mais extensas chegando às regiões onde viviam grupos indígenas que haviam preservado sua economia tribal de subsistência baseada na agricultura, caça, pesca e sua autonomia étnica. O processo extrativo necessitava da incorporação de novas áreas de terra e do alargamento da mão-de-obra disponível, já bastante escassa após a abolição da escravatura em 1888, e a região próxima ao rio Solimões constituía-se em um razoável reservatório natural de seringa. No entanto, com a queda dos preços internacionais da borracha no início do século XX, os patrões da borracha passam a utilizar a mão-de-obra indígena na extração de madeira, na agricultura, na produção de farinha, na caça de animais com peles de valor comercial e na pesca.

A relação do estado brasileiro com os Kokama, quanto à questão fundiária, é documentada somente a partir da década de 1970, quando foram identificadas três terras indígenas nas quais havia presença de membros desta etnia: Barreira das Missões (município de Tefé) Macarrão e Estrela da Paz (município de Jutai). Novas identificações só vieram a ocorrer na década de 1990, quando três terras foram identificadas e delimitadas pela FUNAI no ano de 1997: Espírito Santo, Acaporí de Cima e São Sebastião, nos municípios de Jutai, Fonte Boa e Tonantins, respectivamente. Pelo planejamento da FUNAI, feito com base em um levantamento realizado em 1997, São Domingos e Estação, até então listadas como demandas diferentes, seriam as primeiras a serem contempladas com estudos de identificação. Em novembro de 2000, houve o deslocamento parcial de um GT para estudá-las. No decorrer do ano seguinte a FUNAI contatou diretamente as comunidades e, com base nas reivindicações dos Kokama que, em setembro de 2001, o novo GT foi articulado.

II. HABITAÇÃO PERMANENTE: A população da terra indígena São Domingos do Jacapari e Estação é composta por 264 pessoas distribuídas por 10 aldeias ou comunidades: Santo Antônio do Jacapari, Nova União, Bom Futuro, São Francisco, São Sebastião de Baixo e São Domingos I, localizadas no paranã do Jacapari, São Domingos II, no paranã de São Domingos II, Nova Baixa Verde e Perpétua, no paranã do Bom Jardim e Estação, no igarapé Copatana. Estas diferenciam-se tanto pelo tempo em que estão estabelecidas na área quanto pelo estágio do ciclo de desenvolvimento em que se encontram os grupos locais que as formam. Ainda os padrões que regulam e definem os critérios de pertencimento, cisão e localização apresentam regularidade e homogenizam todas elas.

Considerando os estudos até agora realizados, os Kokama são relatados como um povo que apresenta predileção por áreas alagadiças, como ocorre em São Domingos do Jacapari e Estação, onde apenas uma das comunidades citadas (Estação) tem o seu local de moradia situado em terra firme.

Alguns autores relacionam a predileção de algumas populações indígenas pela várzea pelo fato de haver, neste ecossistema, renovação anual do limo do solo, permitindo ao ambiente uma capacidade maior para suportar populações. Outros, em análises mais localizadas, relacionam essa tradição Kokama à cosmogonia do grupo e à idéia de abundância presente na crença do paraíso terrenal. Todas as comunidades Kokama relacionadas pelo GT situam-se nas margens de algum curso d'água perene, o que é um critério para a escolha do local de moradia e para o estabelecimento de comunidades. Para além do aspecto cultural, estar próximo aos principais cursos de água

significa acesso facilitado ao peixe, alimento básico na dieta Kokama, e ao mundo dos "fora" com o qual estabelecem relações comerciais. Outros critérios são a disponibilidade de recursos naturais em áreas de mata e a qualidade dos solos destes ecossistemas que estarão voltados para a atividade agrícola. A permanência de uma aldeia em determinado local relaciona-se a fatores de ordem tanto cultural, quanto natural. Um dos motivos mais comuns para o deslocamento de uma comunidade é o desmoronamento das margens próximas de onde as casas estão construídas, o desvio do curso d'água ou o surgimento de praias. As relações de parentesco são o lastro principal da organização interna dos Kokama e há uma relação estreita entre proximidade física e genealógica. Uma comunidade é formada essencialmente por grupos de parentes e entre todas elas há fortes vínculos que as relacionam às demais. Todas as aldeias estão organizadas segundo os mesmos critérios de disposição espacial das casas (enfileiradas e próximas entre si, com as suas frentes voltadas para os cursos d'água e seus fundos para as áreas de mata); há partes cultivadas nos fundos e nas laterais das casas. As casas são construídas sobre estacas e, de tal forma, que nas cheias somente seus pilares ficam submersos.

III. ATIVIDADES PRODUTIVAS: Os Kokama são fundamentalmente pescadores e agricultores. Praticam uma economia de subsistência com normas de distribuição e redistribuição dos bens produzidos, onde as relações de produção são definidas por laços de parentesco. A unidade social e produtiva básica entre os Kokama é o grupo doméstico que corresponde, na maior parte das vezes, à família nuclear, composta por pai, mãe e filhos solteiros. Entretanto, o grupo doméstico pode estar composto temporariamente pela família extensa ou parentela. O trabalho de abertura de uma roça é coletivo e tão logo a capoeira esteja aberta e em condições de ser cultivada, será dividida em quadras e entregue às unidades familiares. A mandioca é o produto agrícola mais produzido e consumido. A farinha além de ter importante papel na dieta diária, figura como um dos principais instrumentos de trocas internas e de comercialização. Regionalmente, além da farinha, os produtos que possuem valor de mercado são madeira, mel de jandaira, castanha, banana, peixes, galinhas e porcos, além de frutas cultivadas ou coletadas. Outras fontes de renda são as aposentadorias que alguns poucos idosos possuem, os salários pagos pelo município de Tonantins aos professores e agentes de saúde indígena e a parceria com regionais na criação de gado.

Dentro dos limites da terra indígena cada comunidade atua sobre uma base territorial definida. Com relação aos lagos são observadas regras para o uso dos seus recursos, que dependem de fatores como proximidade da comunidade e tamanho dos lagos. Os locais de caça e algumas áreas de coleta são percebidas como pertencendo a todos os Kokama das comunidades que formam a terra indígena.

A pesca é a principal fonte protéica dos Kokama; é praticada diariamente e, em geral, é realizada por homens. Os peixes mais consumidos são o bodó, curimatá, dourada, mandim, matrinhã, traíra, piranha, pescada, pacu, pirapitinga, sardinha, traíra entre outros. A pesca voltada para a comercialização é desenvolvida principalmente nos lagos, sendo necessário percorrer grandes distâncias. Todos os lagos que se situam dentro da área delimitada são utilizados, a saber: Amaturá, Jacaparizinho, Negro, Colher, Acará Grande, Prudência, Tijuco, Curupira, Barreiro, Boto, Onça, Quatro Lagos, Quatro Poços, Surubim, Lagão, Preto e Poção. As principais espécies capturadas são o pirarucu, surubim, tambaqui e tucunaré. Durante todo o ano praticam a atividade de pesca principalmente nos rios Solimões e Copatana, nos paranás do Jacapari e Bom Jardim e nos vários igarapés que cortam a área.

A atividade agrícola para os Kokama tem valor fundamental econômica e simbolicamente. O local de estabelecimento das roças é regulado de acordo com as características ambientais do terreno (várzea ou terra firme) e também relaciona-se às regras de parentesco. Nas proximidades das aldeias situa-se a maioria das roças Kokama. O tamanho das roças é definido em quadras de 100 por 100 metros. As famílias possuem normalmente mais de uma quadra cultivada e em ciclos de maturação diferentes. Contudo há períodos anuais em que a maioria das comunidades ficam desprovidas de qualquer área para cultivo, uma vez que a terra fica submersa na água. A área cultivada varia conforme o tamanho da unidade familiar e da quantidade de membros em idade economicamente ativa. Os produtos comumente cultivados são a mandioca, a banana, a cana-de-açúcar, o milho, a melancia, o melão, o maxixe, a cuia, a batata-doce, o algodão, além de frutos e cocos como o açaí, o abiu, a pupunha, o cacau e o cupuaçu.

Nas áreas de várzea, as atividades de caça se concentram no período das cheias, onde os principais animais capturados são macacos e aves. Na terra firme, a caça é praticada durante todo o ano, encontrando-se animais de maior porte como antas, queixadas, pacas, caititis e veados.

Os recursos coletados pelos Kokama são basicamente destinados ao suprimento alimentar, para a construção de aparatos culturais e de uso rotineiro como canoas, remos, cestos, utensílios, casas, como fonte medicinal e visando a comercialização (mel, cocos, raízes, cascos de árvores ou frutos como o cacau nativo, buriti, açaí, bacaba, pupunha). Os Kokama também coletam ovos de tracajá, tartarugas, gaióvas. O principal recurso florístico contido na área e que desperta o interesse dos regionais são as madeiras de lei. No entanto, os Kokama só retiram madeira para o comércio mediante encomenda e mesmo assim em pequena escala. As madeiras que possuem valor comercial são o cedro, a samaúma, a macaúba, o capinuri, o acapu.

IV. MEIO AMBIENTE: A T.I. São Domingos do Jacapari e Estação localiza-se na região denominada Alto Solimões. Os recursos hídricos inseridos na terra indígena englobam duas micro bacias: uma associada ao Copatana, entre os igarapés Kukama e Arumã, e outra ao Solimões. Trata-se de uma área que é formada por um complexo ecossistema de lagos, lagoas, ilhas, restingas, paranás e muitas outras

formações. A área proposta por este GT para o grupo Kokama, constitui-se de uma parte de terra firme; englobando a faixa que vai da margem direita do Copatana até o limite norte da terra delimitada, e uma área maior de várzea, que abarca todo o restante da área e que está sujeita a inundações periódicas. Sua vegetação é composta por florestas densas que possuem uma enorme variedade de espécimes vegetais utilizados na construção de casas, confecção de cestos, canoas e demais utensílios de uso doméstico, assim como também constituem fonte de alimentação e de uso na medicina tradicional.

Ao definir a proposta de limite de 133.630 ha para a terra indígena foram consideradas todas as áreas imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades produtivas e à preservação dos recursos naturais necessários ao bem estar físico e cultural das comunidades Kokama que nela se situam, bem como a própria dinâmica ecossistêmica da região onde a terra está inserida, caracterizada por mudanças constantes na paisagem devido ao movimento do rio, o que conduz ao surgimento de praias e ilhas. A utilização dos recursos pelos Kokama se dá com base no conhecimento tradicional sobre os ciclos da região, bem como na disponibilidade sazonal da fauna e flora. Os Kokama estabelecem pautas de manejo, evitando utilizar em excesso e, conseqüentemente, destruir as populações da fauna e flora. Os lagos reservados passam a funcionar como repositores de recursos hidro-faunísticos dentro da área. A prática extrativa que os Kokama realizam não é realizada em grande escala, e os empreendimentos indígenas não têm uma finalidade puramente lucrativa e mercadológica, o território é percebido como o suporte físico e simbólico da forma peculiar de se organizarem social e culturalmente.

Os estudos ambientais realizados pelo GT apontam para a existência de vários fatores de ordem externa como causadores de impacto. Dentre estes destacam-se: a invasão da área por pescadores profissionais que têm interesse, principalmente, no pirarucu; a construção de "currais" ou parais, que são barragens utilizadas para a captura de peixes na época das cheias dos rios; o comércio ilegal de peixes ornamentais e tartarugas gigantes e a extração ilegal de madeira. Todas essas atividades realizam-se nos ambientes que são utilizados pelos Kokama, o que poderá a médio e longo prazo, comprometer a subsistência dos grupos locais.

V. REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL: A terra indígena possui uma população de 428 habitantes, distribuída do seguinte modo: Santo Antônio do Jacapari, com 48 pessoas, Nova União com 59, Nova Baixa Verde com 36, Bom Futuro com 13, São Francisco com 22, São Domingos I com 27, São Domingos II, com 57, São Sebastião de Baixo com 22, Perpétua com aproximadamente 20 e Estação com 124. A maior concentração populacional é de pessoas entre zero e vinte anos de idade, representando aproximadamente 62% do total de pessoas na TI, o que indica que se trata de uma população jovem e que tende ao crescimento. A menor concentração populacional é de pessoas na faixa etária acima dos cinquenta anos: há apenas 6 pessoas com mais de 70 anos. Tal dado nos indica que a longevidade dos Kokama está abaixo da média geral dos brasileiros.

Os Kokama apresentam um entendimento da existência de duas categorias de "índios", os reconhecidos pelo estado e que têm os direitos garantidos, e os que ainda não foram reconhecidos, sabem que são índios e lutam pelos seus direitos diferenciados. Os do primeiro tipo são descritos como "brabos", os que "vive pelado e descalço no meio do mato" (sic). Percebem esse índio genericamente e de uma maneira idílica, relacionando-o sempre a elementos da natureza, porém não se associam a esta imagem. Essa mesma oposição usam para diferenciar-se dos Kokama de antigamente. Como uma forma de auto valorização, quando são eles próprios que estão sendo pensados, classificam-se como "índio civilizado", que é um "tipo de índio mais sabido: que o índio da mata, por que, já entende das coisa" (sic). As falas do tipo "eles - os índios da mata - ainda vão ter que aprender muito para ficar igual a nós" (sic), indica que percebem o processo de aprendizado e interação com a sociedade envolvente como o distanciador e polarizador das duas categorias de índio.

O lastro principal da etnicidade indígena na TI São Domingos do Jacapari e Estação não está pautado em elementos de ordem cultural, como a língua ou as práticas ritualísticas, mas em elementos de ordem estrutural, como a memória de uma descendência indígena conhecida internamente e sobretudo nas relações estabelecidas pelo parentesco, pelo compartilhamento de objetivos e pela peculiar forma de mobilização e organização social e espacial.

Do ponto de vista da organização política as comunidades Kokama são formadas internamente por redes de parentesco. A "comunidade de parentes" pode ser traduzida como grupos macro-familiares, constituídos por várias famílias nucleares interligadas e nas quais são inseridos membros por meio de relações escolhidas, como o casamento e o compadrio. No nível local, a maior unidade organizacional são os conjuntos de comunidade que se unem e a menor são as unidades familiares.

Externamente as comunidades estabelecem relações políticas e econômicas com outras comunidades - sejam elas indígenas ou não - e com as sedes dos municípios onde estão localizadas. As relações mais próximas são com os Kokama das TIs São Sebastião, Espírito Santo e Sapotal. Outros grupos indígenas com os quais estabelecem relações são os Ticuna das terras indígenas Uati-Paraná, Macarrão e Estrela da Paz e com os Caixana, também da terra indígena São Sebastião. Dentre as comunidades "não indígenas" com as quais estabelecem relações próximas, destaca-se a de São José do Amparo, que fica na margem esquerda do Solimões.

VI. LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO: Há apenas um posseiro ocupante de uma pequena colocação próxima à comunidade de Estação, que reconhece o direito dos índios do local pela antiguidade da ocupação e que não se opôs aos trabalhos de levantamento fundiário, prestando todas as informações necessárias. Trata-se do senhor José Peres Rodrigues que é domiciliado na cidade de Jutai e que na área em estudo possui uma pequena casa residencial e uma outra de

farinha, além de algumas poucas árvores frutíferas e uma pequena roça. Não foram localizados nas consultas cartoriais levadas a efeito pelos técnicos responsáveis da equipe fundiária qualquer documento de propriedade incidente sobre a área em estudo.

VII. CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO: Os trabalhos de identificação e delimitação da T.I. São Domingos do Jacapari e Estação, determinados pela Portaria n° 701/01 e 922/02 seguiu na íntegra o disposto no artigo 231 da Constituição Federal, no seu parágrafo primeiro, bem como os demais instrumentos legais pertinentes às terras indígenas. Tendo como referência a legislação sobre o assunto e a própria realidade local dos Kokama, conclui-se pelos 133.630 ha de superfície e 166 Km² de perímetro, conforme mapa e memorial descrito: A justificativa dos limites propostos para a TI se dá, conforme os estudos de campo, pelo próprio modo como os Kokama se organizam socialmente e se distribuem espacialmente por seu território.

A parte sul constitui área utilizada principalmente pela comunidade de Estação, onde se encontra o único trecho de terra firme existente dentro dos limites da área proposta sendo explorado durante todo o ano para caça e coleta de produtos vegetais. No limite oeste, que está contíguo à parte sul da TI São Sebastião, o uso dos recursos é feito pelas comunidades de São Domingos I, São Sebastião de Baixo, São Francisco e São Domingos II. O limite norte da TI tem o rio Solimões como definidor natural, sendo uma área utilizada para caça, pesca e coleta pelas comunidades de Bom Futuro, Nova União, Santo Antônio do Jacapari, Perpétua e Nova Baixa Verde. Destaca-se a ilha do Timboatuba que é intensamente utilizada pelos Kokama para a pesca, realização de caçada e coleta periódicas ou como espaço voltado para o cultivo de roças de banana e macaxeira. Por fim, o limite leste da TI encontra-se com o das terras indígenas Macarrão e Espírito Santo e se constitui em área imprescindível, já que ali ocorre a reprodução de algumas espécies da fauna local consumidas pelo grupo.

Por se tratar de uma proposta de limites que melhor atende à realidade social e étnica local, que é ocupada em moldes tradicionais pelos Kokama, e que atende à reivindicação indígena, recomenda-se à FUNAI a agilização dos demais procedimentos relativos à regularização fundiária, objetivando, no mais breve período de tempo possível, a garantia do direito, constitucionalmente assegurado, de posse permanente da terra indígena por parte dos Kokama, tal qual proposta por este GT e exposta no mapa e memorial descritivo que seguem abaixo.

LUCIANA MARIA DE MOURA RAMOS
 Antropóloga/Coordenadora GT PP 701/PRES/01 e 922/PRES/02

MEMORIAL DESCRITIVO - DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

NORTE: partindo do ponto P-01=P-02 (da T. I. S. Sebastião), de coordenadas geodésicas aproximadas 02°46'37" S e 67°34'58" WGr., localizado na margem direita do Rio Solimões, segue a jusante, por este, até o ponto P-02, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°45'55" S e 67°31'56" WGr., localizado na confluência de um paraná sem denominação; daí, segue por uma linha atravessando o referido paraná até o ponto P-03, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°45'51" S e 67°31'51" WGr., localizado na sua outra margem; daí, segue a jusante, pelo Rio Solimões até o ponto P-04, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°45'32" S e 67°30'20" WGr., localizado na confluência do Paraná Jacapari; daí, segue atravessando o referido paraná até o ponto P-05, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°45'25" S e 67°30'09" WGr., localizado na sua outra margem; daí, segue a jusante, pelo Rio Solimões até o ponto P-06, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°41'43" S e 67°26'56" WGr., localizado na confluência do Paranazinho Turimã; daí, segue por este, a jusante, passando pelo Lago Caeté até o ponto P-07, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°39'29" S e 67°24'19" WGr., localizado na sua confluência com o Paraná Jacapari; daí, segue por uma linha atravessando o referido paraná até o ponto P-08, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°39'29" S e 67°24'05" WGr., localizado na sua margem direita; daí, segue por esta até o ponto P-09, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°38'18" S e 67°23'50" WGr., localizado na sua confluência com o Rio Solimões; daí, segue a jusante, por este até o ponto P-10, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°33'41" S e 67°20'07" WGr., localizado na sua confluência com o Paraná Bom Jardim; daí, segue a jusante, pela sua margem direita, até o ponto P-11, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°33'58" S e 67°18'48" WGr.; daí, segue atravessando o Lago do Ambrósio até o ponto P-12, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°34'11" S e 67°18'56" WGr., localizado na sua margem oeste; daí, segue por uma linha seca até o ponto P-13, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°35'53" S e 67°17'30" WGr., localizado na cabeceira do Lago Munguba; daí, segue pela sua margem oeste até o ponto P-14, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°37'56" S e 67°16'27" WGr., localizado no extremo sul deste lago; daí, segue por uma linha seca até o ponto P-15, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°38'18" S e 67°16'22" WGr., localizado nas margens do Cano Urutubinha; daí, segue por este, a jusante, até o ponto P-16, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°39'25" S e 67°14'46" WGr., localizado na sua confluência com o Rio Solimões; daí, segue a jusante, pela margem direita deste até o ponto P-17, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°40'21" S e 67°13'55" WGr.; localizado na sua confluência com o Cano do Lago Mutum. LESTE: do ponto antes descrito, segue pelo Cano do Lago Mutum até o ponto P-18, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°40'50" S e 67°13'50" WGr.; localizado na confluência com este lago; daí, segue margeando pela parte norte do Lago Mutum até o ponto P-19, de coordenadas geodésicas aproximadas 02°41'14" S e 67°13'33" WGr.; daí, segue por um furo sem denominação até o ponto P-20, de co-

ordenadas geodésicas aproximadas 02°41'22" S e 67°13'24" WGr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este até o ponto P-21=P-1 (da T. I. Espírito Santo), de coordenadas geodésicas aproximadas 02°41'55" S e 67°11'49" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o ponto P-22=P-08 (da T. I. Espírito Santo), de coordenadas geodésicas aproximadas 02°48'53" S e 67°11'05" WGr., localizado na confluência do Igarapé Arapapé Grande com o Rio Copatana; (do ponto P-21 ao ponto P-22, confronta-se com a T. I. Espírito Santo). SUL: do ponto antes descrito, segue a montante, pelo Rio Copatana até o marco M-14 (da T. I. Macarrão), de coordenadas geodésicas 02°50'32,704" S e 67°12'26,731" WGr., localizado na sua margem direita; daí, segue por varias linhas secas, passando pelos seguintes marcos, com suas respectivas coordenadas geodésicas: M-13 - 02°51'01,057" S e 67°12'12,540" WGr.; M-12 - 02°51'34,221" S e 67°12'30,317" WGr.; M-11 - 02°52'35,158" S e 67°13'02,796" WGr.; M-10 - 02°53'42,975" S e 67°13'39,112" WGr.; M-05 - 02°55'20,676" S e 67°14'31,351" WGr.; M-04 - 02°56'12,083" S e 67°14'58,817" WGr.; M-03 - 02°57'12,885" S e 67°15'31,373" WGr.; M-02 - 02°58'11,980" S e 67°16'03,013" WGr.; M-01 - 02°59'09,505" S e 67°16'33,759" WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Carnaúba, daí, segue por uma linha seca até o ponto P-23, de coordenadas geodésicas aproximadas 03°03'56" S e 67°28'06" WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Kokama, (do ponto P-22 ao Marco-01 confronta-se com a T. I. Macarrão). OESTE: do ponto antes descrito, segue a jusante, pelo Igarapé Kokama até o ponto P-24, de coordenadas geodésicas aproximadas 03°01'01" S e 67°28'27" WGr., localizado na confluência com o Rio Copatana; daí, segue por uma linha seca até o ponto P-25=P-06 (da T. I. São Sebastião), de coordenadas geodésicas aproximadas 02°52'30" S e 67°30'12" WGr., localizado na margem esquerda do Igarapé Estação; daí, segue por uma linha seca até o ponto P-26=P-05 (da T. I. São Sebastião), de coordenadas geodésicas aproximadas 02°48'39" S e 67°33'20" WGr.; localizado na cabeceira do Igarapé Grande; daí, segue por este a jusante, até o ponto P-27=P-04 (da T. I. São Sebastião), de coordenadas geodésicas aproximadas 02°47'55" S e 67°33'17" WGr.; localizado na confluência com o Paraná Amaturá; daí, atravessando este paraná, segue por uma linha seca até o ponto P-28=P-03 (da T. I. São Sebastião), de coordenadas geodésicas aproximadas 02°46'58" S e 67°33'23" WGr., localizado na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue por uma linha seca até o ponto P-01, início da descrição deste perímetro, (do ponto P-25 ao P-01, confronta-se com a T.I. São Sebastião). Obs: 1 - Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SA.19-Z-A, SA.19-Z-B, SA.19-Z-C e SA.19-Z-D - Escala 1:250.000 - RADAM - 1977; 2 - As coordenadas geodésicas citadas neste memorial descritivo são referenciadas ao Datum Horizontal SAD-69. Responsáveis técnicos pela Identificação dos Limites: Zenildo de Souza Castro, Técnico em Agrimensura, AER-MANAUS e Jairo Barroso Vertelo, Engenheiro Agrimensor - UNESCOCREA MG - n° 64.543/D.

